



## POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA *e-CURRICULUM* PARA O ESTADO DA ARTE DA QUESTÃO (2010-2015)

ROSA, Sanny S. da \*

PONCE, Branca Jurema \*\*

### RESUMO

Este artigo analisa, especificamente, as contribuições da Revista *e-Curriculum* para o debate acerca das políticas curriculares para a educação básica no período compreendido entre 2010-2015, como desdobramento de estudos que temos realizado sobre as produções recentes desenvolvidas no campo do Currículo. Procuramos observar e dar destaque às interfaces entre os estudos sobre as políticas curriculares com outras temáticas da área educacional de equivalente relevância. Foi possível identificar, no conjunto de 42 trabalhos encontrados, a emergência de preocupações comuns entre teóricos e pesquisadores do campo do Currículo relacionadas às implicações práticas de concepções marcadamente cognitivistas e produtivistas do papel da educação e da escola intensificadas pelas políticas curriculares em curso no Brasil, e em outros países, particularmente sobre a formação e sobre o trabalho docente. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão do estado da arte das investigações sobre currículo, apontando alguns desafios que permanecem na pauta das relações entre a universidade e as escolas de educação básica.

**Palavras chave:** Políticas Curriculares. Formação de Professores. Trabalho Docente. Estado da Arte.

---

\* Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Integra o grupo de pesquisadores da Linha de Pesquisa de Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares da PUC-SP. E-mail: ssdarosa@uol.com.br

\*\* Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular da PUC-SP onde atua na Linha de Pesquisa de Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo. Membro da Comissão Editorial da Revista *e-Curriculum*. E-mail: tresponces@uol.com.br.



***CURRICULUM POLICY FOR BASIC EDUCATION: E-CURRICULUM  
CONTRIBUTIONS FOR THE STATE OF THE ART ON THE SUBJECT (2010-2015)***

***ROSA, Sanny S. da***\*

***PONCE, Branca Jurema Ponce***\*\*

***ABSTRACT***

*As a development of studies we have conducted on the recent productions of the curriculum field, this paper analyzes specifically the contributions of the E- Curriculum Journal for the debate about curriculum policy for basic education between 2010-2015. We sought to observe and highlight the interfaces between curriculum policy studies and other issues of equal importance for the education area. It was possible to identify, in a set of 42 articles, the emergence of common concerns among theorists and researchers related to the practical implications of the markedly cognitivist and productivist conceptions about the role of education and schools particularly on teachers' training and work, that has been intensified by the ongoing curriculum policies either in Brazil as in other countries. It is expected that this study may contribute to the state of the art of curriculum researches, pointing out some challenges that remain on the agenda of the relationship between universities and basic education schools.*

***Keywords:*** Curriculum Policies. Teacher training. Teaching Work. State of art.

---

\* PhD in Education, Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). Professor and researcher of the Graduate Professional Program Studies on Teaching and Education Management of Municipal University of São Caetano do Sul (USCS), São Caetano, SP, Brazil. E-mail: [ssdarosa@uol.com.br](mailto:ssdarosa@uol.com.br)

\*\* PhD in Education: Curriculum, Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). Professor at PUC-SP. Coordinator and Professor of the Research line studies on Public Policy Education, Reform and Curriculum of the Graduate Program Studies in Education: Curriculum, São Paulo, SP, Brazil. E-mail: [tresponces@uol.com.br](mailto:tresponces@uol.com.br).



## 1 INTRODUÇÃO

Para explicitarmos a preocupação que tem nos motivado a mapear as recentes produções acadêmicas sobre políticas curriculares para a educação básica, reportamo-nos, inicialmente, a um trabalho com intuito semelhante – embora realizado por caminhos distintos – que contribuiu para traçar um panorama do “estado da arte” do campo do currículo nos anos noventa. Em artigo publicado na virada do século, Moreira (2001, p.37) confessava-se inquieto “frente ao aumento de teorizações que secundarizam a apresentação de proposições passíveis de materialização nas escolas e que privilegiam o refinamento de conceitos, de categorias e de metáforas.” O que parece preocupante é que, passada década e meia, o “desabafo” do autor permanece pertinente, na medida em que - salvo exceções - a universidade e as pesquisas nela produzidas continuam devedoras de um diálogo mais estreito e fecundo com as escolas.

Adiantar que partilhamos das mesmas inquietações não significa, porém, realizar um *mea-culpa* ou – o que seria pior – apontar “responsáveis” por esse estado de coisas. Ao contrário, estudos dessa natureza – denominados de “estado da arte” ou “estado do conhecimento”- representam, antes, oportunidades importantes para que se possa, de tempos em tempos, melhor compreender os contextos, as motivações, os rumos e os fatores intervenientes no alcance, nas possibilidades e limites da pesquisa e da própria universidade. Foi este o objetivo da pesquisa realizada por Moreira que, no trabalho mencionado, dedicou-se a analisar a trajetória do campo do currículo nos anos 1990 a partir da ótica de pesquisadores “históricos” e, portanto, considerados como referência aos estudiosos de currículo no Brasil. As conclusões do estudo de Moreira apontavam, naquele momento, para três “dilemas” ou desafios a serem enfrentados para superar o que chamou de “crise” do campo do currículo: “dispersão” [temática], sofisticação teórica, mas ainda reduzida “visibilidade” nas escolas.

Nessa mesma perspectiva, interessa-nos analisar trabalhos sobre políticas curriculares publicados em período recente (2010-2015) em periódicos de referência. Neste artigo, circunscrevemos nossa análise às publicações da *Revista e-Curriculum* dada a importância deste periódico no conjunto das revistas científicas brasileiras cujo escopo prioriza temáticas

relacionadas à área. Para evidenciar o peso das contribuições desta Revista para o “estado da arte” da nossa questão, vale registrar que o conjunto de 42 artigos aqui analisados representa 52% do total do levantamento já realizado para um estudo mais abrangente, ainda em andamento, em periódicos de classificação *Qualis* A1 e A2 da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) referente ao ano de 2014. Foram considerados, na pesquisa, 12 periódicos e 81 artigos no âmbito dessa classificação.

Em tempos que ainda podem ser caracterizados pela “epidemia” das políticas educacionais (LEVIN, 1998), interessa saber como as produções sobre as políticas de currículo têm se comportado, tanto ao longo do tempo, como nos diferentes espaços geográficos de um país tão diverso e de proporções continentais, como é o caso do Brasil. Interessa saber também que tipos de estudos têm sido realizados, com que finalidades e abordagens teórico-metodológicas com o intuito de reunirmos elementos que permitam reavaliar as contribuições do campo do currículo frente a novas preocupações que emergem da realidade educacional atual.

A análise das produções mais recentes visa responder questões semelhantes às que inquietavam o pesquisador no início dos anos 2000: que temas educacionais mobilizam hoje os pesquisadores do campo do currículo? Que contribuições os estudos de currículo têm oferecido no sentido de compreender os problemas postos pelas políticas educacionais em curso? Que temáticas de equivalente relevância fazem interface com as questões de currículo tratadas nas investigações nos últimos tempos? Em que medida os resultados das pesquisas têm colaborado para a formulação de agendas positivas no que concerne às escolas de educação básica no Brasil? Com o objetivo de contribuir para o estado da arte dos estudos e pesquisas dos programas de pós-graduação da área da Educação, passamos a descrever e comentar algumas tendências observadas com base na organização das informações já obtidas.

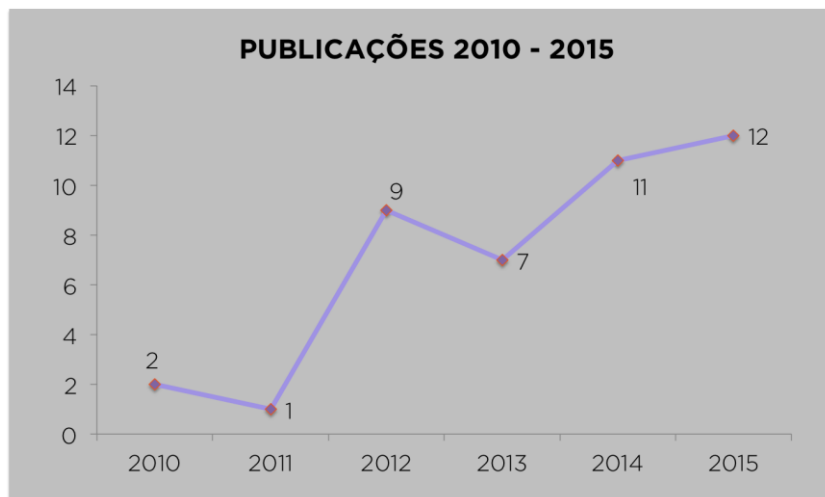
## 2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Para a seleção dos trabalhos, utilizamos como critério preferencial de busca a palavra-chave “políticas curriculares”, tendo sido considerados também descritores análogos como currículo, políticas de currículo, propostas curriculares, entre outros. A fim de garantir maior

fidedignidade e abrangência do levantamento pretendido, esse procedimento foi complementado com a observância das temáticas indicadas nos títulos, resumos e conclusões dos trabalhos, o que garantiu a inclusão de diversos artigos relacionados à temática central deste estudo. Chegamos, assim, a um total de 42 publicações no período compreendido entre os anos de 2010 e 2015.

A organização do conjunto dessas publicações nos permitiu identificar algumas tendências relativas ao comportamento das produções relacionadas ao tema das políticas curriculares nesta primeira metade da segunda década do novo século. Inicialmente, e com a intenção apenas de obter um mapa descritivo da questão, levamos em conta as seguintes categorias: a) evolução numérica das publicações no período; b) tipos de estudo; c) distribuição geográfica dos estudos de campo; d) eixos temáticos dos artigos.

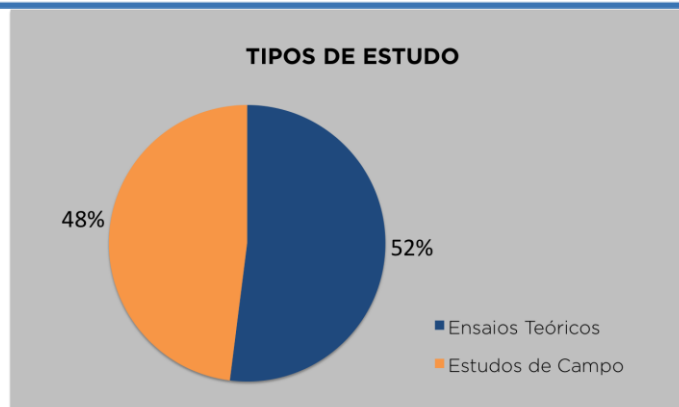
Ao observarmos o número de publicações no período chama a atenção o crescimento contínuo e acelerado das contribuições relativas ao tema. Ainda que de 2012 para 2013 tenha havido pequena queda, a curva é de crescimento. (Gráfico 1).



**Gráfico 1** – Publicações sobre Políticas Curriculares (2010-2015)

**Fonte:** elaborado pelas autoras

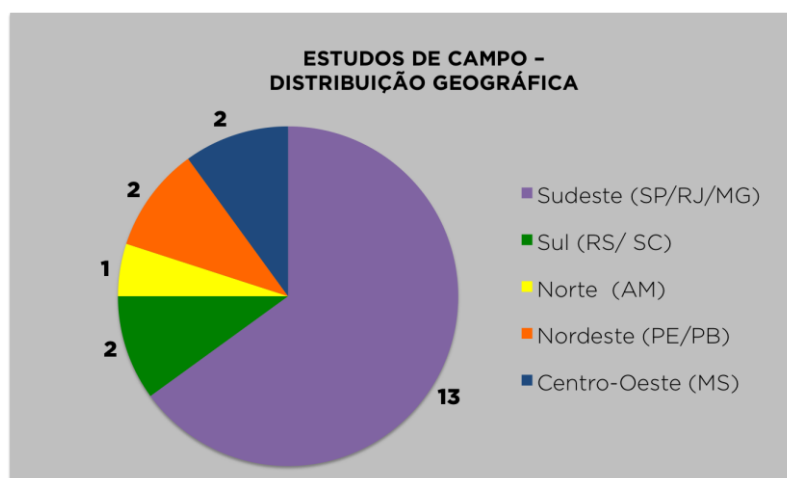
No que se refere aos tipos de estudo, verifica-se que, a despeito das oscilações observadas ano a ano, há um relativo equilíbrio entre as publicações de ensaios eminentemente teóricos e trabalhos que apresentam resultados e reflexões decorrentes de estudos de campo (Gráfico 2).



**Gráfico 2 -** Tipos de Estudo

**Fonte:** elaborado pelas autoras

Considerando exclusivamente os estudos de campo, observa-se (Gráfico 3) forte concentração de publicações de pesquisas realizadas nas regiões Sudeste (65%) - situação que retrata a desequilibrada distribuição de Programas de Pós-Graduação e de Cursos de Mestrado (Acadêmico e Profissional) e de Doutorado entre as diferentes regiões do País (Tabela 1). Embora em número reduzido, cabe registrar a contribuição de trabalhos que se referem às políticas educacionais e curriculares em âmbito internacional. Em 2012, a Revista *e-Curriculum* publicou três artigos que apresentam e discutem a políticas de países como Espanha, Austrália e Inglaterra; e, em 2014, um trabalho relativo à realidade norte-americana. Faremos menção a eles, mais adiante, no contexto da discussão dos conteúdos dos trabalhos, organizados nos eixos temáticos identificados no conjunto das produções.



**Gráfico 3 –** Distribuição Geográfica dos Estudos de Campo

**Fonte:** elaborado pelas autoras

**Tabela 1 – Distribuição Geográfica de Programas e Cursos de Pós-Graduação/ BR**

REGIÃO	PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO					%
	Total	M	D	F	M/D	
Centro-Oeste	<b>340</b>	135	9	47	149	8,1
Nordeste	<b>846</b>	382	15	131	318	20,2
Norte	<b>224</b>	103	4	42	75	5,34
Sudeste	<b>1892</b>	391	39	360	1102	45,12
Sul	<b>891</b>	288	9	150	444	21,24
<b>TOTAL</b>	<b>4.193</b>	1.299	76	730	2.088	100

**Fonte:** Adaptado/Programas Recomendados e Reconhecidos Capes (2016)  
Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>

A identificação de eixos temáticos (Tabela 2) no conjunto das publicações aqui consideradas nos ajuda a jogar luzes sobre as preocupações mais recentes dos pesquisadores do campo curricular e a dar destaque às interfaces que os estudos sobre as políticas de currículo estabelecem com outras questões de equivalente relevância da área educacional.

**Tabela 2 – Distribuição das Publicações por Eixos Temáticos**

Eixos	Temáticas	Número de Artigos
Eixo 1	Contextos e sentidos das reformas curriculares	11
Eixo 2	Efeitos das políticas curriculares para a formação e para o trabalho docente	13
Eixo 3	Currículo (prescrito) e práticas pedagógicas	9
Eixo 4	Políticas de avaliação e currículo	3
Eixo 5	Propostas curriculares alternativas	6

**Fonte:** elaborado pelas autoras

Passamos agora à análise do conteúdo desses trabalhos, organizados por eixos temáticos, visando uma compreensão mais cuidadosa dessas contribuições para o debate acerca das políticas curriculares.

### 3 EIXO TEMÁTICO 1 - CONTEXTOS E SENTIDOS DAS REFORMAS CURRICULARES

Sob diferentes ângulos e abordagens, os onze artigos que compõem este eixo temático analisam as reformas, com foco no currículo, com o objetivo de contextualizar, caracterizar e elucidar os sentidos das políticas educacionais em diferentes localidades e momentos históricos, especialmente aquelas ocorridas desde o final do século XX até os dias atuais. Em seu conjunto, os trabalhos abordam sobretudo o jogo de forças e as tensões estabelecidas entre perspectivas mais progressistas e projetos de grupos conservadores no contexto das demandas da assim chamada “economia do conhecimento” na era da globalização.

Com este intento, por exemplo, Lima e Przylepa (2015) contextualizam o processo de formulação e implementação das políticas públicas educacionais a partir do processo de redemocratização no Brasil, situando as políticas curriculares correlatas muito mais em razão de condicionantes econômicos e políticos do que pedagógicos. Em trabalho anterior (PRZYLEPA; LIMA, 2010), estes pesquisadores já haviam identificado, na reorganização curricular conduzida pelo governo do PMDB (1995-2007), no município de Dourados (MS), a forte presença do ideário neoliberal da gestão de FHC. Eles descrevem como uma política alternativa, delineada na perspectiva freireana<sup>1</sup> emancipatória, conduzida pela administração do Partido dos Trabalhadores (2001-2005), embora tenha avançado como espaço público e democrático de discussão, acabou sendo esvaziada em administrações seguintes.

Três artigos publicados em 2012 retratam contextos internacionais (Austrália, Espanha, Inglaterra), dando-nos uma boa medida das semelhanças – mas também das especificidades - dos problemas e embates vividos em diferentes países na implementação de políticas de currículo com características muito próximas: uma concepção marcadamente utilitarista e cognitivista de educação, que se ancora “na pedagogia das competências”; a adoção de mecanismos externos de “controle de qualidade” (avaliações de larga escala); e o uso de dispositivos de responsabilização dos professores (*accountability*) pelos “resultados”. O vocabulário destacado “entre aspas” expressa por si a hegemonia de concepções educativas importadas do mundo empresarial e debatidas em quase todas as publicações deste eixo.

No primeiro trabalho, pesquisadores da Universidade de Melbourne (YATES; COLLINS, 2012) discorrem sobre as transformações ocorridas no período entre 1975-2005





nas políticas curriculares australianas, passando “de uma ênfase em saber coisas para ser capaz de fazer coisas”. Os autores relatam como visões progressistas dos anos 1970 acabaram por se “casar” com as agendas instrumentais, privilegiadas no final do século XX, levando ao esvaziamento da ideia de “conhecimento” em prol das políticas de “resultados” e de “gerenciamento de recursos”. Os outros dois trabalhos buscam traçar aproximações entre a realidade de países da Europa e o caso brasileiro, também colocando em evidência as oscilações políticas entre momentos marcados por visões mais progressistas e conservadoras, com predomínio desta última em tempos mais recentes.

Buscando evidenciar semelhanças de concepções educativas encontradas no marco legal sobre currículo na Espanha e no Brasil - países que viveram períodos ditatoriais e de democracia desde o século XIX - o autor (MORAIS, 2012) argumenta que as atuais políticas curriculares fracassaram, pois tanto lá como cá servem para classificar e excluir os alunos do processo educativo. Ao fim e ao cabo – conclui – elas atendem ao propósito da privatização do ensino, visto que os resultados não são utilizados para melhorar o ensino público. País reconhecido como sendo o berço do pensamento liberal, a Inglaterra é um dos grandes “exportadores” das políticas da “*economia do conhecimento*”. Além de uma breve retrospectiva histórica das reformas educacionais inglesas, o terceiro texto (ROSA, 2012) apresenta os diferentes modelos de escolas públicas administradas nos moldes da iniciativa privada naquele país. Discute, ainda, resultados de recentes pesquisas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012) realizadas com o objetivo de compreender como os profissionais de ensino convertem as políticas (especialmente as curriculares) no dia a dia das escolas. Os dados desses estudos são contrastados com resultados de pesquisas realizadas em escolas da rede municipal de São Paulo, coincidindo na análise de que o modelo dessas políticas transforma o próprio sentido de educar, impondo, aos professores, uma maneira cada vez mais pragmática de estabelecer relação com o conhecimento.

Como se sabe, a definição de currículos nacionais é uma das estratégias básicas para viabilizar as reformas educacionais. As inglesas, por exemplo, iniciaram-se em 1988, com a definição de um currículo nacional no governo conservador de Margaret Thatcher, dando o tom das mudanças que ocorreriam em diversos outros países a partir dos anos 1990. Sendo uma das políticas mais recentes em curso no Brasil, o tema do “currículo comum” foi objeto de discussão de quatro artigos incluídos neste eixo. A leitura cuidadosa desses trabalhos

mostra como, por caminhos distintos, essa discussão, de interesse público, tem servido especialmente aos interesses de grupos privados.

De autoria de um professor da Louis University, Illinois, defensor do ensino público, o texto relata os bastidores dos embates políticos travados no estado de Wiscosin, esclarecendo, aos leitores brasileiros, os complexos contornos que esta disputa assume na realidade norte-americana. O autor (PRICE, 2014) nos mostra como, no seu estado, são os setores mais progressistas os que defendem a manutenção de normas comuns estaduais para as escolas públicas, ameaçadas que estão pelas propostas defendidas pelos conservadores que advogam a política de “vouchers”<sup>ii</sup>, alegadamente por fortalecerem o princípio da “livre escolha” da escola pelos pais, o que na prática diz respeito à disputa das escolas (privadas) por esse “benefício” público. O autor nos conta que, diferente do argumento apresentado por seus defensores, os beneficiários são, em sua maioria, oriundos de famílias com renda superior àquelas que frequentam as escolas estaduais tradicionais. A riqueza dos detalhes apresentados no texto explica a indagação do título: *Comum para quem?*

Os outros três textos são de pesquisadoras brasileiras e tratam, especificamente, da reforma curricular em curso no Brasil. Elizabeth Macedo (2014), em ensaio que analisa os discursos produzidos nos recentes debates sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), demonstra como essa bandeira – historicamente defendida por setores progressistas - foi sendo apropriada por grupos privados que sistematicamente vêm interferindo nas políticas públicas de educação para obter maior controle (ideológico) sobre os currículos e garantir espaços (de negócio) no “mercado” educacional. Articulando a teoria do discurso – de Ernesto Laclau – com o conceito de redes de políticas – de Stephen Ball, a autora argumenta e conclui que uma nova forma de regulação, baseada na avaliação, intenta, na verdade, subtrair da educação o “imponderável”, isto é, tudo aquilo que escapa a um (suposto) e desejado controle, em nome de uma (também suposta) “qualidade” da educação. E como só o “ponderável” pode ser medido, compreende-se por que a reforma curricular em curso se sustenta numa lógica cognitivista. Este ponto, especificamente, mereceu destaque nos dois outros trabalhos sobre a BNCC. Para Cóssio (2014), entre outros objetivos, a lógica cognitivista incide diretamente sobre a formação e atuação docente, priorizando a dimensão prática em detrimento das bases teóricas indispensáveis à docência. Na mesma linha de raciocínio, Sússekind (2014) adverte sobre as *“(Im)possibilidades de uma Base Nacional*

Sanny S. da ROSABranca Jurema PONCE  
*Políticas curriculares para a educação básica: contribuições da revista e-Curriculum para o estado da arte da questão (2010-2015)*

*Comum*”, ressaltando que a busca da “justiça cognitiva” passa por ouvir os professores e reconhecer o poder dos currículos “pensados/praticados” que já existem nas escolas.

Os dois últimos artigos deste eixo não possuem, do ponto de vista temático, articulação entre si, mas expõem antagonismos de natureza teórico-metodológica utilizadas por autores da área de currículo. No primeiro, também com base na teoria do discurso – abordagem cada vez mais frequente em trabalhos deste campo – Maria Z. Pereira (2012) argumenta que as “discursividades contemporâneas sobre emancipação estão sendo interpretadas como um significante vazio”, conclusão a que chega por meio de uma análise histórica do termo e também do corpo de uma proposta curricular para a educação básica no município de João Pessoa, Paraíba. Polêmico, o autor do segundo artigo (THIESEN, 2015, p.641), cujo título se refere a uma “virada epistemológica no campo curricular”, faz uma crítica aberta ao que chama de “movimento de hegemonização” dos estudos pós-críticos no campo do currículo. Argumenta que a “morte das utopias largamente afirmada por curriculistas pós-críticos [...] associada ao enfraquecimento do discurso político do Estado brasileiro nos textos da política curricular” se convertem em contextos favoráveis aos interesses de “empresários da educação no interior dos sistemas educacionais e nas escolas públicas.” Essa questão de natureza teórica permanece em aberto e “esquenta” o debate sugerido por Moreira em 2001.

#### **4 EIXO TEMÁTICO – EFEITO DAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO E PARA O TRABALHO DOCENTE**

Foram reunidos neste eixo trabalhos que analisam os efeitos das políticas curriculares para a formação e para o trabalho de professores da Educação Básica. A maior parte são ensaios teóricos, com base em exame de documentos políticos e/ou da própria legislação. Dos treze artigos selecionados, apenas três trazem dados de pesquisa de campo, o que indica que as reflexões e análises dos pesquisadores são (ainda) pouco cotejadas com a perspectiva de entendimento dos sujeitos-objeto desses estudos: os educadores.

Tendo como referência a teoria do discurso, diversos trabalhos se dedicam a identificar, em textos acadêmicos, políticos e legais, os sentidos disputados por diferentes grupos na definição de diretrizes para formação de professores, a partir do marco legal da Lei 9394/96. Nesta linha teórico-metodológica, Borges e Pereira (2015) analisaram o relatório de pesquisa

da UNESCO, “Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte”, com o objetivo de identificar os sentidos nele contidos acerca da profissionalização docente. Argumentam que o idealismo desses discursos tende a produzir entendimentos e práticas que favorecem perspectivas deterministas na formação de professores.

Rosane Dias (2012) tomou como objeto os discursos produzidos pelas comunidades epistêmicas brasileiras – incluindo-se diversos relatórios da ANFOPE e trabalhos apresentados em encontros da ANPEd e ENDIPE<sup>iii</sup> – na longa negociação que culminou na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (DCN de 2001 e 2002) e para o curso de Pedagogia (DCP de 2005 e 2006). Desse processo, de acordo com a autora, resultaram textos curriculares híbridos articulados em torno de um discurso consubstanciado num projeto hegemônico em que se destacam alguns dos principais significantes em disputa: a centralidade da prática, a pesquisa como princípio de formação, a interdisciplinaridade como princípio integrador, a integração como modelo curricular, a docência como base da formação tendo a profissionalização docente como eixo.

Curioso observar que “demandas” muito semelhantes foram identificadas pela mesma autora em texto publicado no ano seguinte (DIAS, 2013), no qual analisou as diretrizes e metas para a educação ibero-americana no terceiro milênio expressas em documentos políticos da UNESCO (OREALC/UNESCO e IBE)<sup>iv</sup>. Conforme relata: “Em diferentes discursos, identificamos demandas comuns em políticas de formação em diversos países ibero-americanos voltadas para a profissionalização, o protagonismo docente, à centralidade da prática e ao modelo de integração curricular” (p.462). Certamente que a confluência dos discursos das comunidades epistêmicas brasileiras e das agências multilaterais não foi mera coincidência! É que muito provavelmente, como conclui o estudo de Talita Pereira (2013, p. 480), o discurso educacional hegemônico, apenas dá “nova roupagem a velhas propostas que circulam no meio educacional, visando adequá-las ao projeto neoliberal de sociedade”.

Mesmo considerando o hibridismo dos discursos, Lopes e Craveiros (2015), ao analisarem mais especificamente as políticas empreendidas pelos governos de FHC e Lula, apontam a existência de diferenças de sentidos atribuídos à docência nesses dois projetos políticos antagônicos. E reconhecem: “Interesses do mundo globalizado versus padrões de qualidade associados ao mundo do trabalho; formação para o mercado versus formação para a

democracia são formas de significar esse antagonismo.”(p. 469). As autoras demarcam, assim, um importante limite interpretativo (de natureza política) ao afirmarem que:

[...] a força do antagonismo entre esses dois projetos políticos [FH/Lula – PSDB/PT] permanecem como nomes que projetam uma fronteira, demarcam amplas cadeias articulatórias com demandas diferenciais que por vezes deslizam e se aproximam quando se trata dos discursos pedagógicos. Expressar tais diferenças, apostar na possibilidade de desestabilizar tais discursos pode ser um trabalho político que nos faça reforçar as lutas pela não fixação de identidades docentes. (Ibid., p. 469).

A compreensão do cenário no qual se desdobram tais disputas em âmbito interno torna-se ainda mais clara quando a ele se acrescentam ingredientes supranacionais. Daí a valiosa contribuição de dois outros trabalhos que, tomando por base documentos emanados de organismos internacionais explicam tanto as origens como apontam os horizontes para onde caminham as políticas educacionais e curriculares no Brasil, com consequências diretas para a formação e para o trabalho docente. Em seu artigo, Shiroma (2011) discute as razões da ênfase atribuída à gestão e às novas tarefas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores, formuladas a partir das recomendações do Banco Mundial, UNESCO, OIT (Organização Internacional do Trabalho) e OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), entre outros, sustentadas em pareceres de intelectuais da educação representantes da socialdemocracia no Conselho Nacional de Educação. Em nome da profissionalização docente, conclui a autora, o modelo curricular vigente tende a produzir não um gestor, mas um professor “alvo” da gestão, que seja capaz de operar a lógica neotecnicista regida pelos princípios da eficiência, eficácia e responsabilização.

Esses mesmos “ingredientes” estão presentes no documento “Aprendizagem para Todos: Estratégia de Educação 2020 do Grupo Banco Mundial/2011”, analisado por Maria de Fátima Cossio (2015). Neste ensaio, a autora examina o conceito de governança para compreender a crescente participação de atores não-estatais, especialmente do empresariado brasileiro, na formulação de políticas que incidem sobre a gestão de sistemas e escolas, sobre os currículos e sobre a formação e trabalho de professores. Fica claro, assim, que a ênfase dada à prática e às “competências” nos processos formativos e no trabalho docente se alinha à perspectiva pragmática e instrumental que caracteriza a concepção de educação emanada dos organismos transnacionais.

Formação e trabalho com ênfase na prática, currículos prescritos, controle e “responsabilização” de professores e gestores figuram nas pesquisas de outros pesquisadores que contribuíram para este eixo (SILVA, 2012; HYPÓLITO; VEIGA; LEITE, 2012; REZENDE; SILVA; LELIS, 2014). Em seu conjunto, os estudos apontam para um diagnóstico consensual: são esses os elementos que vêm definindo novas identidades docentes e um “*modo de ser*” professor que se busca hegemônico a partir da lógica empresarial de ver e conduzir a educação. Esse estado de coisas redundando não apenas na redução da autonomia dos profissionais em relação à condução do seu trabalho, mas certamente no estreitamento de possibilidades do potencial humanista e transformador da educação.

Diferente dos anteriores, os três últimos artigos deste eixo nos trazem aspectos da realidade que somente estudos empíricos podem visibilizar e, portanto, adicionar outros e novos ingredientes ao debate teórico. Sintetizada na expressão “*Essa é a sua pasta e sua turma*”, Rita de Cássia Frangella (2013), compartilha resultados de pesquisa realizada em escolas do RJ a respeito da inserção de professores ingressantes na “rede”. Seu trabalho traz à tona as inseguranças, incertezas e, sobretudo, o sentimento de isolamento vivido por eles numa fase particularmente importante de seus processos formativos, cujas implicações curriculares são apontadas e discutidas pela autora.

Os outros dois textos debatem a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) atualmente em curso no país cotejando essa discussão com dados de pesquisa de campo. No artigo “*Base Nacional Comum, Escola, Professor*”, Machado e Lockmann (2014) problematizam a ampliação de demandas não relacionadas ao ensino colocadas sobre os ombros dos profissionais de educação, presente em documentos legais que, desde a Constituição de 1988, renunciaram uma base nacional comum curricular. As autoras sustentam essa discussão, em diálogo com diversos outros autores e com base em depoimentos de docentes e dirigentes educacionais da região metropolitana de Porto Alegre. Finalmente, e com o sugestivo título “*Guarda isso porque não cai na provinha*” Garcia e Fontoura (2015) nos colocam em contato com a “potência da diversidade de saberes existentes nas escolas” nas quais desenvolvem trabalhos de pesquisa e de formação com professores de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. A partir das narrativas docentes, demonstram como as experiências locais transformadoras se veem ameaçadas por políticas de centralização curricular.

## 5 EIXO TEMÁTICO 3 – CURRÍCULOS (PRESCRITOS) E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Por caminhos metodológicos e perspectivas teóricas diversas, os nove artigos reunidos neste eixo relatam experiências e apresentam resultados de pesquisa que convergem para uma preocupação comum: a necessidade de preservar a autonomia dos profissionais de ensino na condução dos trabalhos das escolas frente ao avanço de “propostas” curriculares padronizadas formuladas tanto por iniciativa dos sistemas públicos de ensino, como por organizações vinculadas ao setor privado ou, ainda, resultantes da “parceria” estabelecida entre ambos. A relevância desses estudos é que eles ilustram e materializam as reiteradas constatações e alertas produzidos nas análises teóricas sobre os sentidos (termo que deve ser entendido como significado e direção) e sobre possíveis efeitos das políticas curriculares para a educação básica. Por testemunharem situações vividas nas escolas das cinco regiões do país, adotamos o critério geográfico para sintetizarmos as questões que mais recentemente têm chamado a atenção dos pesquisadores.

Seis trabalhos foram desenvolvidos na região Sudeste, sendo quatro em redes públicas de municípios do estado de São Paulo, um do estado de Minas Gerais e outro do Rio de Janeiro. Dois deles trazem dados quantitativos que contribuem para uma melhor caracterização dos profissionais de ensino dessas redes, enquanto os demais referem-se a pesquisas qualitativas que retratam realidades vividas em unidades escolares específicas. Vamos a eles.

O artigo de Rosa (2010) apresenta e discute o Programa “Ler e Escrever”, objeto de pesquisa quanti-qualitativa realizada em 2007-2008 na rede municipal de ensino de São Paulo. Com foco na alfabetização, o Programa, apoiado em “guias” de orientação didática destinados a “orientar” o trabalho de sala de aula - e também a formação de professores e coordenadores pedagógicos -, contém os principais ingredientes que caracterizam as políticas curriculares gerencialistas sobejamente já comentadas: padronização do currículo, estabelecimento de “metas de aprendizagem” e “monitoramento” dos resultados. O estudo mapeou 38 salas de 1º ano do Ciclo I do Ensino Fundamental de 27 escolas pertencentes a 7

Coordenadorias de Ensino localizadas nas regiões sul e leste da capital. Vale destacar o perfil profissional dos profissionais pesquisados: 100% mulheres; 71% na faixa entre 40 e 60 anos de idade; 65% das coordenadoras pedagógicas e 45% das professoras tinham mais de 20 anos de experiência de sala de aula; e 78% graduadas em Pedagogia, a maioria egressas de instituições privadas de ensino superior.

O segundo trabalho é o de Adrião, Damazo e Galzerano (2013), que além de conhecer o perfil dos profissionais em exercício na Educação Infantil de 20% dos municípios paulistas com até 50 mil habitantes procurou analisar o uso que fazem das apostilas que compõem a "cesta" de serviços e produtos adquiridos de sistemas privados. Os dados levantados permitem perceber que a maioria dos professores (62%) atua no magistério há mais de oito anos, dos quais um quarto exerce o magistério na Educação infantil há mais de 18 anos, cerca de 80%, em quase todas as faixas, possui graduação em Pedagogia cursada em instituições privadas. Tanto num caso, como no outro observa-se que os sistemas de ensino contam com profissionais maduros e experientes, o que a rigor dispensaria o recurso a modelos curriculares tão minuciosamente detalhados. Para surpresa dos próprios pesquisadores, esses estudos indicam, porém, que a maioria dos profissionais pesquisados manifestou simpatia a esses materiais, mesmo reconhecendo a necessidade de serem complementados com outras atividades produzidas por eles mesmos. Ficamos com a sensação de que o direito à "autoria" e à "autonomia" parece ser mais uma reivindicação dos próprios pesquisadores do que dos profissionais que atuam nas escolas, o que coloca, para os primeiros, novas e mais complexas indagações.

Duas outras publicações tomam como referência de análise a Reforma Curricular do Estado de São Paulo, implantada na gestão 2007-2010 e fazem contraponto com as práticas pedagógicas escolares. Ponce e Leite (2012) acompanharam o impacto da Reforma em uma unidade escolar, cuja história foi marcada pela construção e vivência coletiva do seu projeto político-pedagógico. Os dados levantados referem-se à escuta dos professores realizada em grupo focal, complementada por pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados apontaram uma ruptura na história democrática da escola que, com a Reforma, teve seu trabalho coletivo dificultado, sua autonomia docente ferida e seu projeto político-pedagógico escanteado. Já Meloni e Barreiro (2015) analisaram especificamente o componente de geografia, identificando contradições entre as perspectivas teóricas anunciadas (humanista e



crítica) no documento curricular oficial paulista e as orientações didáticas contidas nos *Cadernos do Professor e do Aluno*. Na prática, concluem, as situações de aprendizagem priorizam as Matrizes de Referência em consonância com as metas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). As observações de sala de aula indicam também que são os docentes que ampliam as orientações gerais do currículo de geografia na tentativa de enriquecer a prática docente e a compreensão crítica dos alunos acerca do espaço geográfico.

Tendo como tema central o currículo da escola de tempo integral (ETI), o trabalho de Felício (2012) é resultado de análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com o fim de caracterizar a dinâmica curricular no cotidiano de escolas em Minas Gerais. O estudo revela que, embora quase todas as escolas dos 28 municípios mapeados possuam projetos de ETI, o total de matrículas atinge apenas 10% dos alunos. Distantes do conceito de “educação integral”, a maior parte dos projetos apresentados pelas escolas propõe atividades de “reforço” realizadas no contraturno escolar, especialmente voltadas para as áreas de Português e Matemática, repetindo, assim, as práticas escolarizantes do turno regular.

Fechando as contribuições relativas à região Sudeste, o trabalho de Pereira e Oliveira (2014) traz o relato de pesquisa participante realizada, desde 2011, em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro no contexto de implantação do currículo mínimo naquele estado. Para superar “a vexatória posição de vigésimo sexto (penúltimo) colocado no ranking do IDEB 2009/2010”, de acordo com o autor “montanhas foram movidas em nome desta meta *‘stricto sensu’* recentemente alcançada: o estado do RJ figura, hoje, entre as “quatro melhores redes do país”. O milagre parece ter sido obtido ante muita resistência e controvérsia entre professores, garantido por políticas de recompensas - via bonificação pelos resultados (que atingiu parcos 20% das escolas) - e, principalmente, por medidas sofisticadas de controle e intimidação.

O trabalho de Souza e Teive (2015) relata o processo de reorganização curricular do ensino fundamental para atender a exigência legal do ensino fundamental de nove anos em uma escola privada da cidade de Florianópolis, SC, ocorrido entre 2006 e 2013. Com base nas seis fases de desenvolvimento do currículo descritas por Gimeno Sacristán, a pesquisa consistiu no acompanhamento do processo iniciado com a apresentação aos professores do

currículo prescrito (legislação federal) até a sua conversão em ações de sala de aula, orientadas por dois agentes externos à escola: pela Editora Positivo e pelo Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina. Os relatos revelam a ausência de participação efetiva dos professores na construção e condução de suas práticas, basicamente pré-definidas por consultores externos responsáveis pelas “soluções” pedagógicas que lhes cabe executar.

A pesquisa de Nóbrega e Suassuna (2014) com professores de Língua Portuguesa de duas escolas da rede pública estadual de Pernambuco nos traz notícias sobre a educação pública do Nordeste. Os relatos das entrevistas apontam problemas semelhantes àqueles vividos em sistemas de ensino de outras regiões, particularmente os derivados das políticas de centralização curricular. Basicamente, interessava aos pesquisadores conhecer os critérios utilizados pelos docentes na seleção de conteúdos de LP, bem como se a concepção de currículo por eles adotada favorecia o letramento dos alunos. Os resultados apontaram o predomínio de uma visão frágil e tradicional de currículo e dos fundamentos teóricos da disciplina, o que provavelmente explica a atitude submissa dos professores em relação às prescrições do currículo oficial fortemente orientado pelas avaliações externas. Representando a região Norte, a pesquisa de Paixão e Nunes (2015) focalizou o trabalho de professores do ensino fundamental de uma escola pública da Amazônia. Para os autores, defensores da noção de “currículo vivido”, apesar das metodologias diretivas e prescritivas do currículo oficial, os professores, em suas práticas pedagógicas no cotidiano da escolar, são os atores sociais diretamente responsáveis pela gestão democrática e contextualizada do currículo.

## **6 EIXO TEMÁTICO 4 – POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E CURRÍCULO**

O tema das avaliações externas perpassa, de algum modo, a maioria dos trabalhos relacionados às políticas curriculares para a educação básica, publicados no período entre 2010 e 2015. Entretanto – e estranhamente – apenas três o tomaram como objeto específico de estudo e dois têm base em investigações de campo. Passamos a sintetizá-las.

Sob o título “Políticas Curriculares e Sistemas de Avaliação: efeitos sobre o currículo”, Hypólito e Ivo (2013) apresentam e discutem resultados de pesquisa qualitativa realizada com professores e dirigentes do sistema municipal de educação de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Paralela à contextualização e análise das intenções políticas das medidas de

centralização e controle sobre os currículos, os autores evidenciam o impacto dessas políticas – particularmente a do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) - valorizadas pela administração local. Depoimentos dos entrevistados testemunham que as escolas têm adequado os conteúdos trabalhados àqueles cobrados na Prova Brasil, reforçando a concepção de um currículo que desconsidera múltiplas necessidades e diversidades sociais e culturais da população. “Se tu fores ver, toda a base curricular, as grades curriculares das escolas estão sendo mudadas em função da avaliação da prova Santa Maria, ou da Prova Brasil, mas cada escola é uma realidade.” (Ibid., p.388).

Pesquisa semelhante, realizada no estado de Minas Gerais sobre as avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) combinou diferentes procedimentos de coleta de dados (questionários, entrevistas, observações e grupos focais) com representantes de diferentes instâncias hierárquicas do sistema: do Secretário de Educação aos professores. O objetivo do estudo de Barbosa e Vieira (2013) foi conhecer as percepções dos gestores de escolas e dos professores sobre o sistema, bem como a influência dos resultados das avaliações externas na rotina escolar. Os resultados não surpreendem: a política de avaliação, associada à de recompensas por resultado “direcionou a atenção dos docentes e gestores escolares para o alcance de fins imediatos como a melhoria da nota da escola e a garantia da bonificação, tornando o objetivo de melhorar a qualidade escolar em um horizonte distante.” (Ibid., p. 429). No entanto, observam: “o que se percebe é um acolhimento pouco entusiasmado, embora obediente, das prescrições, tanto por parte dos gestores, quanto dos professores, [pois] o apoio dado às avaliações constitui-se mais em marketing para a escola, em função do desprestígio da profissão.” (Ibid., p. 428).

No ensaio “Políticas de Regulação para a educação no Brasil: interfaces entre currículo, avaliação e formação docente”, Louzada e Marques (2015) analisam algumas intenções anunciadas no documento “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional – Versão Preliminar”. Destacando aspectos também discutidos em diversos outros estudos, concluem que apesar do discurso democratizante de ampliação das oportunidades e do acesso, a insistência em currículos e avaliações externas padronizadas vai se impondo ao trabalho dos professores e promovendo a construção de uma identidade regida pela lógica neotecnicista.

## 7 EIXO TEMÁTICO 5 – PROPOSTAS CURRICULARES ALTERNATIVAS AO MODELO HEGEMÔNICO

Este quinto e último eixo temático identificado nas publicações que analisamos reúne seis trabalhos, cujo traço comum é a busca de caminhos alternativos às políticas curriculares hoje hegemônicas no país e no mundo, caracterizando-se, assim como discursos contra-hegemônicos e de resistência.

Inspirados em teóricos da estatura de Larrosa Bondía e José Contreras, entre outros, três pesquisadores do estado da Bahia fazem uma “provocação importante aos compulsivos desejos de bases comuns curriculares.” (MACEDO; NASCIMENTO; GUERRA, 2014, p.1564). Em ensaio no qual apresentam contrapontos ao conceito de “direito de aprendizagem e desenvolvimento”, que fundamenta o atual movimento por uma base nacional curricular comum, os autores argumentam a favor de um trabalho curricular que encontra na heterogeneidade e na experiência - entendida como fenômeno relacional configurada na cultura e como cultura – os elementos fundantes dos processos formativos.

Em artigo em que examinou especificamente as discussões para a atualização das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, ocorridas a partir de 2009 e homologadas em 2011, e que contou com contribuições de pesquisadores e representantes da academia, Antônio Flávio Moreira (2013) argumenta a favor da preocupação com o aprendizado de “terceiro grau”, um conceito proposto pelo sociólogo polonês Zygmund Bauman. Para Bauman, além do aprendizado de primeiro grau (transmissão de conteúdos) e de segundo grau (aprender a aprender), na sociedade (líquida) contemporânea há que se preocupar com o aprendizado de terceiro grau, que se refere às “habilidades de modificar o conjunto de possibilidades que aprendeu a prever e a enfrentar no curso do processo de aprender a aprender. Não há por que, nesse contexto, preocupar-se com a questão dos padrões: o tipo de hábito a ser adquirido é o hábito de viver sem hábitos (BAUMAN, 2008 apud MOREIRA, 2013, p.371). Ao propor essa discussão, Moreira não apenas coloca na pauta uma nova questão, mas provoca a própria lógica de previsibilidade sobre a qual as políticas curriculares atuais se assentam. Passemos a palavra autor:

Sanny S. da ROSABranca Jurema PONCE  
Políticas curriculares para a educação básica: contribuições da revista e-Curriculum para o estado da arte da questão (2010-2015)

O processo de aprendizado de terceiro grau limita-se a sugerir resultados. Trata-se de um processo com final aberto, interessado em assim permanecer, desconfiado de resultados específicos preestabelecidos, bem como temeroso de algum fechamento prematuro que o impeça de permanecer sempre incompleto. É nesse enfoque que precisam ser consideradas a interdisciplinaridade, a competência, a contextualização e a capacidade para aprender. (MOREIRA, 2013, p. 372).

Dois outros trabalhos deste eixo, com argumentos construídos a partir da análise de experiências práticas realizadas no “chão da escola”, apontam novas possibilidades para o currículo. Falando de dentro e a partir de sua experiência como professora de Educação Física numa escola estadual localizada em Niterói (RJ), Collier (2014) relata uma pesquisa participante, realizada ao longo de sete anos, para pensar a prática do planejamento participativo na construção coletiva de um currículo multicultural. Ao dar visibilidade a sujeitos subalternizados pela imposição de um currículo que algema o trabalho escolar, a autora dá um testemunho importante a respeito da viabilidade de práticas alternativas ao modelo de centralização curricular. Já Ponce e Neri (2015), abordando a necessidade de enfrentamento na e pela escola da problemática da violência contra a criança e ao adolescente, discutem as possibilidades de um currículo voltado à justiça social. Envolvendo a consideração de documentos e depoimentos de educadores em entrevistas e grupos sociais, as autoras apresentam sugestões para a organização de políticas públicas e de ações que a escola pode realizar, engajando-se no fortalecimento da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Encerrando as contribuições deste eixo, dois trabalhos, fruto de pesquisas da Cátedra Paulo Freire do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP, focalizam as contribuições da pedagogia freireana como contraponto às políticas curriculares baseadas na racionalidade instrumental e que praticamente dominam a pauta das publicações mais recentes. O texto de Saul e Silva (2014) apresenta a metodologia das pesquisas da Cátedra, cujos resultados atestam a atualidade do pensamento de Paulo Freire a partir de evidências da vigência e vitalidade do legado freireano ao redor do mundo. Entre outras iniciativas, o Município de Diadema/SP foi selecionado como campo de estudo por declarar opção explícita pelos referenciais freireanos na orientação da política pública de educação, na gestão municipal da cidade, no período 2006 a 2010. Nesse período, foram desenvolvidos oito estudos de caso, dentre os quais figura o trabalho de Patrícia Abensur (2013) que analisa o

cotidiano de uma unidade escolar focalizando os processos envolvidos na organização do currículo, baseada nos princípios da construção coletiva, do respeito à autonomia da escola, valorização da unidade teoria-prática e formação permanente dos profissionais de ensino.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de 42 trabalhos publicados na *Revista e-Curriculum* que tiveram como temática central as políticas curriculares (2010-2015) coloca em perspectiva o estado das produções nos últimos anos e nos autoriza a adiantar algumas constatações e reflexões. Para tanto, pode ser útil retomarmos o raciocínio por onde começamos: buscar relacionar o que pôde ser identificado neste esforço de organizar e sistematizar essas produções com o diagnóstico feito por Moreira (2001) no artigo que tomamos como “mote” em nossa apresentação e dar continuidade a esse diálogo.

Naquele trabalho, o autor apontava para três “dilemas”, também vistos como “desafios”, para o campo do currículo ao final dos anos noventa: “dispersão” [temática], sofisticação teórica, e reduzida “visibilidade” [das pesquisas] nas escolas. Ao contrário da “dispersão” então observada, a quase totalidade das produções aqui tomadas como referência são monotemáticas ou, melhor dizendo, são variações sobre um tema comum. De tal sorte que, cumprido o procedimento técnico de organizá-las a partir de “palavras-chave” – o que nos permitiu classificá-las em cinco “eixos” de discussão - resta a sensação de que não há exatamente, entre eles, uma fronteira clara, e sim desdobramentos de análises a respeito da incontestável hegemonia de políticas que, por meio de mecanismos sofisticados de pressão e controle (inclusive ideológico) ameaçam tomar todos os espaços e tempos da escola em função da obsessão por “resultados”.

Como reflexo dessa situação, quase todos os trabalhos, independentemente da abordagem teórica que os informa - críticos ou pós-críticos – preocupam-se em apreender as origens, a lógica, os mecanismos de funcionamento e os efeitos de políticas cujo alvo é reduzir a educação a um produto mensurável. E, nesse roldão, a grande ameaça é retirar dela qualquer outro sentido que não aquele que faz sentido aos que as formulam. Daí, talvez, o foco atual dos pesquisadores em desconstruí-las e denunciá-las. A despeito de que diversos trabalhos cumprem, e bem, essa função, é fato também que tal exercício permanece como



exercício teórico sofisticado que alimenta o diálogo em circuito restrito àqueles que já têm posições amadurecidas sobre o assunto. Não queremos, com isso, reduzir a importância desse esforço de compreensão; contudo, ele não cumprirá sua finalidade essencial caso não se converta em ferramenta de mudança. E aqui nos reencontramos com o “dilema” mais sensível: tornar todo esse conhecimento visível – e sensível, acrescentaríamos – àqueles que diuturnamente têm nas mãos o encargo da educação no chão da escola. Essa comunicação e consequente proposta de discussão é um desafio e uma tarefa dos pesquisadores e da universidade. Tarefa que não é fácil, uma vez que a mesma lógica “produtivista” atinge, ocupa e (des)mobiliza o dia a dia dos acadêmicos.

Cabe destacar que, dentre as temáticas correlacionadas a das políticas curriculares, as mais debatidas pelos pesquisadores diz respeito à formação e ao trabalho dos professores, orientados preferencialmente pela e para a prática, monitorados por padrões e expectativas de desempenho importados do mundo empresarial até pouco tempo estranhos à escola. Preocupação pertinente, pois até mesmo o “vocabulário” pedagógico – produto e produtor de ideologias – absorveu termos dos circuitos corporativos movidos a avaliações e “bônus” que alimentam e retroalimentam novas relações de poder dentro das escolas, pautadas pela “competitividade”, um tema, aliás, pouco explorado pelas pesquisas.

Como assinalamos, a questão das avaliações externas de larga escala é recorrente nos trabalhos sobre políticas curriculares, particularmente no que diz respeito aos seus possíveis efeitos sobre o trabalho dos professores. Entretanto, chama a atenção o número reduzido de pesquisas que tomaram este assunto como objeto específico de estudo, um eixo temático composto de apenas três trabalhos. Outra lacuna observada é que não há nenhuma menção, nas reflexões dos autores, sobre as possíveis consequências de tais políticas sobre outros atores educativos, como por exemplo, os pais ou os próprios alunos que, afinal, são o alvo principal das políticas de resultado que tendem a se acentuar com a consolidação de uma base nacional curricular comum que está sendo delineada nestes mesmos termos.

Justa também é a preocupação com a emergência de uma nova identidade docente, decorrente da mentalidade instrumental e utilitarista dominante, que reduz a educação ao ensino, e este a “competências” e “habilidades” descritas minuciosamente de modo a adequarem-se às métricas que avaliam a “qualidade” do ensino. Contudo, vale pontuar que, embora anunciada em estudos empíricos que trazem relatos das práticas dos professores em

razão direta das novas demandas feitas à escola, não há registro de estudos que tenham se dedicado a delinear que novas identidades docentes são essas que emergem das relações escolares assim configuradas.

Por fim, nos perguntávamos – ao iniciarmos a análise do levantamento dos trabalhos – em que medida os resultados das pesquisas estariam colaborando para a formulação de agendas positivas no que concerne ao currículo das escolas de educação básica no Brasil. Com esta preocupação, conseguimos reunir seis trabalhos sob o eixo denominado “Propostas Curriculares Alternativas ao Modelo Hegemônico”. Um grupo de pesquisa consolidado, com abrangência nacional e internacional, é o vinculado à Cátedra Paulo Freire, do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, da PUC de São Paulo. A relevância deste grupo de pesquisa reside no fato de se caracterizar como um núcleo de “denúncia-anúncio” de concepções e práticas alternativas ao modelo hegemônico.

Segundo Saul e Silva (2014, p. 2078), o conjunto de pesquisas da Cátedra apontam para a "possibilidade de trabalhar com uma nova lógica na concepção e prática de políticas de currículo, à medida que se altera o movimento que define o currículo ‘de cima para baixo’ [...] para uma direção que reconhece a escola em seu papel de conceptora de currículo, no quadro de referência da educação crítica.”

É possível que, diante de tantas evidências contidas na maioria das publicações (re)apresentadas neste estudo, as palavras das autoras soem como expressão romântica. Para rebater tal raciocínio, ninguém mais autorizado que o próprio pensador que, entre as primeiras palavras do livro *Pedagogia da Esperança*, assim justificava o esforço investido na produção da obra: “Como programa, a desesperança nos imobiliza, e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças ao embate recriador do mundo. Não sou esperançoso por pura teimosia mas por imperativo existencial e histórico”. (FREIRE, 1992, p.10).



## REFERÊNCIAS

ABENSUR, Patrícia L. Dubeux. A construção curricular na perspectiva freireana: um estudo de caso na cidade de Diadema. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n. 1, p.35-54, abr. 2013.

ADRIÃO, Theresa; DAMASO, Alexandra; GALZERANO, Luciana S. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 11, p.434-460, ago. 2013.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **How Schools do policy: policy enactments in secondary schools**. London/New York: Routledge, 2012. 173p.

BARBOSA, Liliane C. de Miranda; VIEIRA, Lívia F. Avaliações externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n. 2, p.409-433, ago. 2013.

BORGES, Verônica; PEREIRA, Talita V. Des-sedimentações de discursos que tendem a projetar políticas curriculares para a formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 4, p.660-682, out./dez. 2015.

COLLIER, Luciana S. Planejamento participativo em Educação Física Escolar e a Construção de um Currículo Multicultural. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.3, p.2158-2175, out./dez. 2014.

CÓSSIO, Maria Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 4, p.616-640, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 2, 21p., out./dez. 2014.

DIAS, Rosanne. Política Curricular de formação de professores: um campo de disputas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n. 2, p. 1-21, ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Demandas das políticas curriculares para a formação de professores no espaço Ibero-americano. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 461-478, ago. 2013.

FELÍCIO, Helena M. dos Santos. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.1, p. 1-18, abr. 2012.

FRANGELLA, Rita de Cássia. “Essa é a sua pasta e sua turma” – inserção de professores na rede pública de ensino e suas implicações curriculares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n.2 p.573-592, ago. 2013.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245p.

GARCIA, Alexandra; FONTOURA, Helena A. “Guarda isso porque não cai na provinha”: pensando processos de centralização curricular, sentidos de comum e formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 751-774, out./dez. 2015.

HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas dos S.; LEITE, Maria Cecília L. Currículo, gestão e trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.2, p. 1-16, ago. 2012.

\_\_\_\_\_; IVO, Andressa Aita. Políticas curriculares e sistemas de avaliação: efeitos sobre o currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n.2, p.376-392, ago. 2013.

LEVIN, Benjamin. An Epidemic of Education Policy: (What) can we learn from each other? **Comparative Education**, [S.l.], v. 34, n. 2, Special Number, p. 131-42, jun. 1998.

LIMA, Paulo G.; PRZYLEPA, Mariclei. Contexto de Influências das Políticas Curriculares no Brasil a partir do processo de redemocratização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n.3, p. 418-451, jul./set. 2015.

LOPES, Alice Casimiro; CRAVEIRO, Clarissa B. Sentidos de Docência nos projetos curriculares de FHC e Lula. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n.3, p. 452-474, jul./set. 2015.

LOUZADA, Virgínia; MARQUES, Roberto. Políticas de Regulação para a educação no Brasil: interfaces entre currículo, avaliação e formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 711-732, out./dez. 2015.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a Educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n.3, p.1530-1555, out./dez. 2014.

MACEDO, Roberto S.; NASCIMENTO, Cláudio O.; GUERRA, Denise de M. Heterogeneidade, experiência e currículo: contrapontos à ideia de Base Comum Nacional e à vontade de exoterodeterminação da formação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n.3, p.1556-1569, out./dez. 2014.

MACHADO, Roseli B.; LOCKMANN, Kamila. Base Nacional Comum, Escola, Professor. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n.3, p. 1591-1613, out./dez. 2014.

MELONI, Adaliza; BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. A disciplina de geografia no currículo paulista: sentidos do texto e da prática. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n.3, p.551-568, jul./set. 2015.

MORAIS, Denis Souza de. Política Curricular em Brasil y España. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 8, n.2, 13p., ago. 2012.



MOREIRA, Antônio Flávio B. O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v.1, n.1, p.35-49, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. As diretrizes curriculares do Ensino Médio no Brasil: subsídios oferecidos para o processo de sua atualização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.11, n.2, p.358-375, ago. 2013.

NÓBREGA, Jailton J.; SUASSUNA, Lívia. Currículo de Língua Portuguesa: um estudo da rede estadual de Pernambuco. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n.1, p.925-947, jan./abr.2014.

PAIXÃO, Carlos Jorge; NUNES, Cely Costa. No território do Ensino Fundamental: demarcações na cultura curricular como experiência vivida de professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n.3, p.519-533, jul./set. 2015.

PEREIRA, Maria Z. da Costa. Discursividades contemporâneas da emancipação: em uma proposta curricular para a Educação Básica na cidade de João Pessoa. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.1, p. 1- 19, abr. 2012.

PEREIRA, Fábio de B.; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Ponderações ao currículo mínimo da rede estadual do Rio de Janeiro: uma contribuição ao debate em torno da Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.3, p.1669-1692, out./dez. 2014.

PEREIRA, Talita V. Inovação e Gerencialismo nas propostas de formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.2, n.11, p.479-494, ago. 2013.

PONCE, Branca J.; LEITE, Eliana A. O trajeto percorrido por uma política pública de educação: da Secretaria de educação (gestão 2007-2010) ao chão de uma escola. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.1, p. 1-12, abr. 2012.

\_\_\_\_\_.; NERI, Juliana F. O. O currículo escolar em busca da justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n.2, p.331-349, abr./jun. 2015.

PRICE, Todd Alan. Comum para quem?. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.03, p. 1614-1633, abr. 2014.

PRZYLEPA, Mariclei; LIMA, Paulo G. Pesquisa exploratória das políticas curriculares em Dourados-MS no período de 1997-2005: recorrências e perspectivas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.6, n.1, p. 1 - 26., dez. 2010.

REZENDE, Valéria M.; SILVA, Maria V.; LELIS, Úrsula A. Currículo, conhecimento e poder: desafios contemporâneos para as reformas curriculares e o trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 991-1011, jan./abr. 2014.



ROSA, Sanny S. da. A relação dos professores com o saber em uma proposta curricular padronizada de alfabetização: reflexões sobre o Programa Ler e Escrever. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-17, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Reformas educacionais e pesquisa: as políticas 'em cena' no Brasil e na Inglaterra. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-28, ago. 2012.

SHIROMA, Eneida O. A formação do professor-gestor nas políticas de profissionalização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.7, n.2, p. 1-20, ago. 2011.

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antônio Gouvêa da. A Matriz de Pensamento de Paulo Freire: um crivo de denúncia-anúncio de concepções e práticas curriculares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.12, n.3, p. 2064-2080, out./dez. 2014.

SILVA, Fabiany de Cássia T. Estudo de documentos curriculares locais e suas implicações para construção da diferenciação/flexibilização curricular (1998-2008). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.2, p. 1-16, ago. 2012.

SOUZA, Caroline B.C. de.; TEIVE, Gladys M. Ghisoni. Inserção da criança de seis anos no ensino fundamental: do currículo prescrito ao currículo em ação em uma escola da rede privada de Florianópolis. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.3, p. 495-518, jul./set. 2015.

SÜSSEKIND, Maria L. (Im)possibilidades de uma Base Nacional Comum. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n.3, p. 1512-1529, out./dez. 2014.

THIESEN, Juarez da S. Virada Epistemológica do Campo Curricular: reflexos nas políticas de currículo e em proposições de interesse privado. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.4, p.641-659., out./dez. 2015.

YATES, Lin; COLLINS, Cherry. A Ausência de Conhecimento nas reformas curriculares australianas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.2, p. 1-23, ago. 2012.

**Artigo recebido em 12/06/2016.  
Aceito para publicação em 10/08/2016.**

<sup>i</sup> O uso do adjetivo freireano(a)(s) é opção adotada pela Cátedra Paulo Freire da PUC-SP e assumida por nós.

<sup>ii</sup> Política de financiamento público (vouchers) por meio da qual as famílias têm livre escolha para matricular seus filhos em idade escolar em escolas privadas, com recursos advindos de impostos.

<sup>iii</sup> ANFOPE (Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação); ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação); ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino).

<sup>iv</sup> UNESCO: OREALC (Oficina Regional de Educação para a América Latina e do Caribe); IBE (International Bureau of Education).